

## PRÁXIS E PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE CLASSE NA AMAZÔNIA PARAENSE: O CONTEXTO DE PESCADORES ARTESANAIS

RAIMUNDO NONATO GAIA CORREA<sup>1</sup>  
DORIEDSON DO SOCORRO RODRIGUES<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente texto analisa a produção histórica da identidade de classe dos pescadores artesanais, tomando como ponto de compreensão a dinâmica sócio-político-ideológica-econômica que se coloca na relação objetiva dos trabalhadores e determina múltiplas necessidades e desafios para a práxis desta fração de classe no contexto da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16, Município de Cametá. Metodologicamente, a pesquisa assume como enfoque o materialismo histórico-dialético por compreender que os fenômenos sociais são manifestações materiais e suas análises consistem na busca de suas origens e contradições históricas. Assim, conclui-se que a formação social capitalista, historicamente, vem forjando, no interior da Colônia Z-16, uma luta por interesses imediatos da categoria, consubstanciando uma consciência sindical (particular) em detrimento de uma ampla consciência de classe (universal). Isto se revelou como práxis utilitária na construção histórica de uma identidade com tendência particularista a qual percebe na aparência a legitimação dos direitos como “conquistas universais” quando, na essência, constituem avanços singulares, pessoais ou de grupo e não se estendem às demais categorias da classe trabalhadora.

**Palavras-Chave:** Práxis; Pescadores Artesanais; Consciência de Classe; Identidade.

### INTRODUÇÃO

Neste trabalho, apresentamos resultados de pesquisa<sup>3</sup> levada a efeito sobre a relação práxis e processo de construção da identidade de classe<sup>4</sup> de trabalhadores ligados à Colônia de Pescadores Artesanais Z-16<sup>5</sup>, município de Cametá/PA<sup>6</sup>, objetivando responder às

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura pela mesma Universidade. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Educação – GEPTE. E-mail: r.nonatog@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Educação (UFPA). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC/UFPA) e do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB/UFPA). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação – GEPTE. E-mail: doriedson@ufpa.br

<sup>3</sup> Trata-se de pesquisa realizada no período de formação em Pedagogia (UFPA, 2014) de Raimundo Nonato Gaia Correa. Nesse período, o professor Fred Júnior Costa Alfaia atuara como orientador e o professor Doriedson S. Rodrigues, estivera como consultor da pesquisa. Atualmente (2016), o prof. Doriedson Rodrigues encontra-se orientador de mestrado de Raimundo Nonato Gaia Correa.

<sup>4</sup> Identidade não é algo estático ou dado aos seres humanos. É algo dinâmico, resultado de criações dos homens permeada de contradições, uma vez que “as coisas são o que são mais aquilo que virão a ser, delineado pelo movimento de suas contradições internas, pois ao se fazerem, antecipam em si as características daquilo que serão” (BOGO, 2010, p. 17). Identidade de classe é dialética e histórica, isto é, está em constante movimento e é resultado do *ser histórico* da classe (presente e passado) e do *vir a ser* (o futuro construído a partir do passado e do presente), no processo de ascensão da condição de classe-em-si à classe-para-si.

<sup>5</sup> Fundada na década de 1920, a Colônia de Pescadores Z-16, durante muito tempo esteve subordinada aos interesses das elites que governavam o município de Cametá, pois “[...] não estava sob a gestão dos pescadores, mas sim sob os auspícios de sujeitos não pescadores ligados aos interesses das oligarquias locais [...]” (RODRIGUES, 2012, p. 257), além de ter sua atuação voltada para fins eleitoreiros. Por outro lado, a partir da década de 1980, os pescadores artesanais iniciam um movimento com o objetivo de conquistar a administração política da Colônia Z-16, no contexto dos impactos negativos da construção da Hidrelétrica de Tucuruí/PA. Outrossim, “Embora o termo *colônia* possa suscitar a imagem de um coletivo de pescadores vivendo da pesca à margem de um rio, a Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 é bem mais que isso. Ela se constitui na entidade representativa de classe desses sujeitos, reunindo 15.000 associados de diferentes comunidades do município

seguintes questões: Quais as implicações da formação social capitalista nas práticas dos pescadores artesanais ligados à Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá/PA? De que maneira a Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá/PA, como resultado das práticas dos pescadores artesanais, tem contribuído para o processo histórico de construção da sua identidade de classe, em oposição aos imperativos da formação social capitalista?

Metodologicamente, trata-se de pesquisa com abordagem qualitativa, pautando-se em revisões bibliográficas e pesquisa de campo, além do uso da entrevista semiestruturada junto a 5 (cinco) sujeitos pescadores artesanais. Os dados foram analisados pelo viés da análise de conteúdo<sup>7</sup>, sob a perspectiva do Materialismo Histórico-Dialético, permitindo a explicação dos fenômenos sociais a partir do movimento de ascensão da aparência à essência, conforme nos orienta Kosik (1976).

Em termos estruturais, duas seções constituem este trabalho. Numa primeira, apresentamos reflexões sócio-históricas sobre as relações antagônicas entre capital e trabalho na constituição da identidade desenvolvida pelos pescadores artesanais ligados à Z-16, Colônia de Pescadores. Numa segunda seção, abordamos, a partir de dados empíricos em correlação com questões teóricas, aspectos de produção e construção de identidade, em relação à consciência de classe dos pescadores artesanais. Por fim, apresentamos as considerações finais em relação ao presente trabalho.

## **1. IDENTIDADE E HISTÓRIA: IMPLICAÇÕES DA FORMAÇÃO SOCIAL CAPITALISTA NA PRÁTICA DOS PESCADORES ARTESANAIS LIGADOS À COLÔNIA Z-16 DE CAMETÁ – PARÁ**

A Usina Hidrelétrica de Tucuruí – UHT (1974-1985), cuja construção “foi desencadeada para atender às demandas de grandes projetos industriais que se instalavam na região Norte, como o Complexo Industrial do Alumínio, em Vila do Conde, e a ALBRÁS e ALUNORTE, em Barcarena-PA” (RODRIGUES, 2012, p. 219), trazia consigo o discurso do

---

cametaense, com sede na Travessa Porto Pedro Teixeira, nº 165, bairro de Brasília, cidade de Cametá” (RODRIGUES, 2012, p. 31).

<sup>6</sup> Segundo Rodrigues (2012, p. 21-23), o município de Cametá, Estado do Pará, “[...] segundo o IBGE (2010), pertence à mesorregião do nordeste paraense e à microrregião Cametá, apresenta uma área correspondente a 3.122 km<sup>2</sup>. Limita-se ao norte com o município de Limoeiro do Ajuru, ao sul, com o de Mocajuba, a leste, com o de Igarapé-Miri e a oeste, com o de Oeiras do Pará. Ainda segundo o (IBGE, 2010), o município cametaense apresenta uma população de 110.323 habitantes, dos quais 47.984 encontram-se na zona urbana e 62.339 na zona rural. Trata-se de um município com contingente rural maior do que o urbano. Com relação aos pescadores artesanais nesse município, eles estão presentes em um total de 122 localidades, com 523 comunidades cristãs, inseridas nas ilhas de Cametá (FURTADO & BARRA, 2004, p. 23), o que ordenou inclusive a própria organização administrativa dos pescadores”.

<sup>7</sup> Para o desenvolvimento das análises a partir da Análise de Conteúdo tomamos as orientações de Bardin (1997).

*desenvolvimento regional*, sobretudo porque todos os municípios seriam tendidos com redes de energia elétrica, já que

[...] junto às camadas populares da região construía-se o saber de que sua implantação traria o desenvolvimento, implicando melhorias nas áreas da educação, da saúde, da geração de emprego e renda, principalmente para os ribeirinhos que habitavam o rio Tocantins, com suas ilhas, igarapés e furos (RODRIGUES, *ibidem*, p. 219).

Todavia, esse discurso não passou de um instrumento ideológico capaz de conseguir o consenso junto aos habitantes, uma vez que, concluída a obra, os municípios da região passaram a conviver com os negativos impactos que interferiram no próprio modo de seus habitantes produzirem suas existências.

[...] ao longo dos anos pós-construção da barragem, os pescadores artesanais foram verificando a diminuição de pescado, o empobrecimento ainda mais das comunidades e a perda de seus valores culturais, de sua identidade (*idem, ibidem*, p. 221).

Em Cametá não foi diferente. Todavia, nas comunidades ribeirinhas os pescadores artesanais que aí permaneceram, mesmo diante da diminuição do pescado, dentre outras negativas impostas pela construção da Hidrelétrica de Tucuruí, passaram a organizar-se em função da busca de outras formas de garantir sua sobrevivência, inclusive tomando a administração política da Colônia Z-16, que desde a sua criação na década de 1920 era dirigida por representantes das oligarquias de Cametá (BARRA, 2013; RODRIGUES, 2012).

Segundo Rodrigues (2012, p. 221), pode-se afirmar que os pescadores artesanais, à medida que perceberam “[...] a realidade advinda com a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, constatando *a falta de pescado* e o *desequilíbrio total* no cotidiano dos pescadores”, desenvolveram um *saber constataivo* diante da realidade, não ficando, contudo, tão somente nessa perspectiva de constatação, pois passaram a interferir “[...] na realidade ao denunciar o *culpado pelo desequilíbrio*, instituindo um posicionamento político contrário ao propugnado pelo capital, qual seja o de que a construção da hidrelétrica melhoraria a qualidade de vida dos pescadores”, desenvolvendo um *saber performativo*, agindo sobre a realidade de forma política.

A partir de então, a Colônia Z-16 passou a ser um instrumento de unificação/organização dos pescadores artesanais de Cametá, inclusive desenvolvendo ações

alternativas aos impactos da construção da UHT, conforme acima mencionado. Nessa perspectiva, destaca-se a implementação dos Acordos de Pesca:<sup>8</sup>

[...] uma forma que nos encontramos né, para que a gente pudesse garantir algumas espécies, garantir também com que a pesca de uma vez por todas não seja acabada, digamos assim né, por isso nós damos muita importância na questão dos acordos, pra gente equilibrar essas questões do ambiente (DIRIGENTE “A”).

A implantação dos Acordos de Pesca nas comunidades de pescadores artesanais do município de Cametá trouxe o discurso da preservação ambiental, havendo um cuidado no sentido de coibir a chamada pesca predatória, isto é, aquela prática pesqueira que se vale de determinados instrumentos, como o *puçá*<sup>9</sup> ou as *malhadeiras* com malhas pequenas (*malha fina*), capazes de capturar o pescado *miúdo* (pequeno), impedindo dessa forma a sua reprodução.

Segundo um dos entrevistados, a prática dos Acordos de Pesca “[...] foi uma forma mais aprimorada de *educar* os pescadores para a questão da preservação do meio ambiente, para evitar a extinção do pescado e ter uma produção mais qualificada no município” (DIRIGENTE “B”, grifo nosso). Pontuamos que a introdução dos Acordos de Pesca pode ter corroborado para massificar um discurso capitalista de culpabilidade ao indivíduo, e não ao capital, diante dos prejuízos que a região tivera frente à construção da Hidrelétrica de Tucuruí. Ou seja, o capital acabou impondo, contraditoriamente, também uma ação formativa da individualização dos problemas sociais, ambientais e econômicos vividos pelos trabalhadores. Conforme o Pescador “A”: “Eu acredito que isso aí [falta de peixe] é uma falta de conscientização que tá faltando para nós em todas as comunidades. E aí, o que motiva isso, o ponto principal é esse, é o povo se conscientizar pra não fazer as coisas indevidas” (PESCADOR “A”). E nas palavras de Marx e Engels (2007, p. 78), diríamos que

Os indivíduos que formam a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência e, por conseguinte, pensam; uma vez que dominam como classe e determinam todo o âmbito de um tempo histórico, é evidente que o façam em toda a sua amplitude e, como consequência, também dominem como pensadores, como

<sup>8</sup> Segundo o site <https://cppnorte.wordpress.com/acordos-de-pesca/>, acessado em 23 de maio de 2016, os acordos de pesca “São normas criadas pela comunidade de uma região, com a ajuda dos órgãos ambientais, para a resolução de conflitos de uso dos recursos pesqueiros em determinados trechos de rios”.

<sup>9</sup> Segundo Rodrigues (2012, p. 141), “O *puçá* é uma “Grande rede de malha fina, chega a 1.300 metros. Serve para fazer grandes bloqueios e arrasta o fundo do rio. Pega tudo [...]” (REVISTA CAMETÁ, 2006, p. 33). Segundo a Revista Cametá (2004), como esse tipo de rede “pega tudo”, há necessidade da extinção desse material, sendo sua existência decorrente das “[...] relações patronais e políticas que se estabeleciam [no município de Cametá] — muitos eram pequenos empresários com esse tipo de material que precisa de uma turma de pelo menos 80 pessoas” (Ibidem, p. 33) ”.

produtores de ideias, que controlem a produção e a distribuição das ideias de sua época, e que suas ideias sejam, por conseguinte, as ideias dominantes de um tempo.

Isto posto, entendemos, entretanto, que não basta tão somente *educar*, quando a realidade que os pescadores artesanais vivenciam necessita muito mais do que isso. Assim, o *educar para preservar* deve ser acompanhado pelo *educar para combater*. Historicamente, os pescadores artesanais já entendiam a necessidade de se preservar o meio ambiente, no sentido de tornar as suas práticas pesqueiras adequadas à manutenção da abundância do pescado.

Os cuidados com a preservação ambiental “eram práticas rotineiras na vida dos pescadores, que cuidavam de selecionar, por exemplo, o tipo de rede para o tamanho de peixe a ser pescado, a fim de se garantir a sempre reprodução” das espécies (RODRIGUES, 2012, p. 233). Daí entenderem que “onde tem os acordos de pesca é pra melhorar, porque onde não é [onde não existe o Acordo] [...] você coloca uma malhadeira no seu porto, você não pega nem um peixe pra uma criança” (PESCADOR “B”). Ou seja, não se pode negar que os Acordos de Pesca contribuíram para a preservação das condições mínimas de reprodução das espécies, o que possibilitou/possibilita o aumento da circulação de peixes nos rios da região. Mas não se pode deixar de considerar que esses Acordos encontraram as bases de sustentação nas próprias experiências dos pescadores, já que muito antes buscavam pescar, no cotidiano de suas práticas laborativas, dentro das necessidades de uso, evitando agredir o ambiente que fornece a existência.

A questão que se coloca, pois, é que existe relação entre os impactos ambientais na região e a construção da UHT, conforme nos relata o Dirigente “A”, para o qual,

[...] depois da construção da barragem de Tucuruí, muitas espécies desapareceram e deixou, digamos assim, um débito com a população, principalmente com a pesqueira ne, então a gente não pode ficar de braços cruzados ne, a gente procurou algum mecanismo pra que a gente possa tá preservando isso” (DIRIGENTE “A”).

Nota-se que a partir da objetividade (construção da UHT) da práxis capitalista lançada sobre a Região com o rótulo do progresso, do desenvolvimento econômico, industrial, da geração de emprego, etc., historicamente os pescadores foram observando a contradição do discurso que legitimava a UHT e que em nada contribuía para sua qualidade de vida e condições reais de existência, principalmente na relação do homem-trabalho-rio.

No mais, pelo que se percebe no depoimento do Dirigente “A”, essa categoria de trabalhadores reagira à situação real imposta pelo grande capital e, motivada pelas múltiplas necessidades imediatas de sobrevivência e de preservação do pescado, propusera os Acordos

de Pesca, constituindo-se, contudo, como resultados da *práxis* destes trabalhadores/pescadores, os quais tentam restabelecer uma nova relação com a natureza e com outros pescadores, tal qual o faziam muito antes da entrada do capital na região – por meio da UHT.

Os Acordos de pesca, neste sentido, são antes de tudo a reafirmação do homem (classe trabalhadora) ao espaço, à terra, aos elementos da natureza, à moradia, ao trabalho, à cultura, às relações interpessoais, ou seja, constituem a reestruturação de sua identidade histórico-social, de modo que a objetividade capitalista, por mais que imponha múltiplas necessidades às subjetividades (pescadores), não consegue produzir a negação absoluta da identidade dos trabalhadores, das suas formas de vida e trabalho.

Os Acordos de pesca são resultados da *práxis* destes pescadores, a reação à objetividade dominante capitalista e a condição do desenvolvimento dialético da identidade destes sujeitos que agora não está condicionada somente na relação homem e natureza, mas a uma nova relação do homem-natureza-Estado, mediante ao acesso a políticas sociais. O Estado, então, legitima as práticas de Acordos de Pesca: “[...] estabelecidos a partir de instrumentos legais delineados pelo Ministério do Meio Ambiente/Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com a Portaria nº 029, de 31 de dezembro de 2001” (RODRIGUES, *idem*, p. 183).

Nessa mesma perspectiva de construção dialética da identidade destes sujeitos por meio de uma nova relação do homem-natureza-Estado, mediante ao acesso a políticas sociais, estamos analisando a *política do seguro defeso*<sup>10</sup>, percebendo-se a mediação ideológica da *qualidade de vida*, que passa a fazer parte do discurso social: “[...] tem ajudado sim, muito, na qualidade de vida” (DIRIGENTE “B”). Os pescadores visualizavam o seguro defeso como forma de garantir-lhes renda, uma vez que vivenciavam grandes dificuldades de produção de suas necessidades imediatas.

Ainda segundo esse pescador, se for feita uma análise das condições de vida dos pescadores há cerca de vinte anos, isto é, antes do seguro defeso, e compararmos com a sua condição de vida atual, “você vê que tem um diferencial muito grande”. Ao falar a respeito das suas condições materiais de existência, o Dirigente “B” salienta que

---

<sup>10</sup> Recurso fornecido pelo Governo Federal, para que, no período de reprodução dos peixes, de novembro a fevereiro, não se entrasse nos rios para a pesca de alta produção, destinada ao mercado consumidor, senão para consumo próprio (RODRIGUES, 2012).

[...] as moradas do pescador[...] eram quase padronizadas; uma casinha de madeira simples, tinha lá uma parede de miriti, sempre era coberto com palhas; em vez de ter um trapiche lá, ele tinha um miritizeiro que ele colocava lá pra dar acesso da beiramar até a casa dele. Seu meio de transporte era o casco à vela que lhe transportava até a cidade [...].

Se você for olhar hoje, todo o pescador tem a sua rabeta<sup>11</sup>, minimamente ele tem o seu rabudo<sup>12</sup> né, e a sua moradia melhorou muito. Hoje o pescador lá no interior tem a sua casa decente coberta com telha, bem pintada, ele tem lá o seu motor no porto, ele tem o seu conjugado<sup>13</sup> nas ilhas, a televisão, o celular e assim por diante. Isso a gente percebe que foi fruto desse *bendito seguro defeso* (DIRIGENTE “B”). Grifo nosso).

Aparentemente observa-se que houve certo avanço qualitativo na vida dos pescadores, mas logo percebe-se que se trata de mais uma *manobra* do sociometabolismo do capital (MÉSZÁROS, 2002), principalmente na produção da sensação de um falso “bem-estar” e do desejo consumista que insere esses trabalhadores na lógica de mercado: “Lá na casa, onde o pescador tá filiado, ele e a esposa, ele consegue levantar durante o ano, através do seguro, mais de cinco mil reais” (DIRIGENTE “B”). Ou seja, essa sensação de “bem-estar” pode acabar por inibir a percepção da necessidade do acesso a outras políticas sociais (saúde, educação, segurança e etc.), na medida em que o entrevistado destaca a ascensão econômica e a aquisição de bens como aspecto transformador da realidade social dos pescadores, demonstrando assim que a própria política de Estado é contraditória à reafirmação de uma *práxis revolucionária*.

As relações sociometabólicas do capital interferem na atividade consciente objetiva (VÁZQUEZ, 2007) dos trabalhadores/pescadores, modificando os aspectos críticos e revolucionários da atividade teleológica e reproduzindo na atividade cognoscitiva o conciliamento com os interesses imediatos do capital, o consumo. Embora a práxis dos pescadores tenha produzido ao longo da história resistência aos impactos ambientais, culturais, econômicos, sociais e políticos causados pela construção da UHT, as políticas assistencialistas do Estado produziram uma relativa estabilidade nos conflitos de classes mediante a inserção da classe trabalhadora na lógica consumista e na realização pessoal em detrimento da luta pela educação de qualidade no campo, do atendimento à saúde no campo, da segurança, do lazer, etc.

---

<sup>11</sup> Referência a um tipo de barco de madeira motorizado que serve como meio de transporte na região das ilhas do município de Cameté e região.

<sup>12</sup> Também um meio de transporte: trata-se de uma *mini-rabeta* geralmente com um motor montado na sua extremidade inferior, isto é, na *popa* da embarcação. O referido motor possui um eixo extenso, geralmente cerca de três metros, por isso é também chamado de *rabudo* em alusão à cauda (rabo) dos animais.

<sup>13</sup> Gerador de energia movido a óleo diesel ou gasolina.

## 2. CONTRIBUIÇÕES DA COLÔNIA Z-16 PARA O PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE CLASSE DOS PESCADORES ARTESANAIS DE CAMETÁ

As mediações ideológicas se constituem num eficaz mecanismo de assimilação, pelos pescadores artesanais, das políticas do Estado, sem que os mesmos ultrapassem a percepção para além das *melhorias* imediatas e aparentes que tais políticas podem lhes oferecer.

Nesse sentido, para o entrevistado DIRIGENTE “A”, a política de financiamento bancário ao pescador “[...] é muito importante né, porque devido ao crédito eles podem melhorar lá na sua localidade, comprar o seu barquinho de pesca, podem melhorar lá o seu terreno; isso melhora muito a economia familiar”.

Na perspectiva de outro pescador entrevistado, falando-nos acerca da importância do acesso ao PRONAF B<sup>14</sup>, “[...] a gente tem necessidade todo tempo, e ele trouxe um benefício pra nós porque a gente conseguiu alguma coisa que a gente não tinha [...]; com esse financiamento nós conseguimos alguma coisa” (PESCADOR “A”).

Assim, novamente vemos que o pescador artesanal da Z-16 visualiza a política de crédito bancário enquanto uma possibilidade de atendimento a suas carências materiais de cunho imediato, não se consubstanciando em ações que visem a transformação radical da sociedade em proveito de uma perspectiva revolucionária. Isto porque “[...] o capital cria formas conjunturais de garantir a sobrevivência do trabalhador, sem mudar as condições estruturais que lhe garantem a dominação política, social, cultural e econômica, acima de tudo”(RODRIGUES, 2012, p. 85, Nota 54). Mas,

[...] quando tem inadimplência, o banco, ele se resguarda em fazer o financiamento, *porque ninguém quer perder dinheiro né?* Então, ele só vai colocar esse crédito à disposição [do pescador] quando a instituição [a Colônia Z-16] apresenta uma proposta de investimento *seguro* [...] (PESCADOR “A”, grifos nossos).

Nesse caso, além da inserção do pescador na lógica capitalista, sua própria subjetividade, seu modo de entender a realidade, torna-se compatível os interesses do capital: *ninguém quer perder dinheiro, né?* A Colônia Z-16, passa a funcionar como uma instituição de adaptação do pescador às exigências da burocracia capitalista:

---

<sup>14</sup> O Pronaf Grupo “B” é uma linha de microcrédito rural que disponibiliza recursos de pequenos valores para pequenos investimentos em atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural tais como: compra de pequenos animais, artesanato, implementos para fabricação de alimentos, caixas de abelha, construção de poços para a criação de peixes, etc.

[...] então a Colônia apresenta sempre projetos assim [projeto *seguro*], uns ele é entendido [pelas agências financiadoras] assim como projetos *seguro* outros não. Então o projeto que a gente já apresentou de forma *segura* foi o DRS – Desenvolvimento Rural Sustentável que seria um crédito direcionado para o pescador fazer os seus poços de criação e esse projeto foi avaliado como *positivo porque todos pagaram seus financiamentos e já está sendo financiado novamente* (DIRIGENTE “B”. Grifos nossos).

Um projeto é avaliado como *seguro* pelos bancos quando oferece possibilidades de retorno imediato, quer dizer, quando proporciona aos pescadores artesanais o pagamento em dia de suas dívidas junto a banco. O que aparentemente pode ser visto como uma política de auxílio aos pescadores artesanais, na essência (KOSIK, 1976) fortalece a cisão da sociedade em classes “[...] com a propriedade, a riqueza e a abundância em um polo, e o trabalho assalariado, a pobreza e a privação no outro” (SZTOMPKA, 1998, p. 293).

A Z-16 também desenvolve alguns projetos os quais são divididos em dois eixos temáticos: “Desenvolvimento e progresso” e Formação e Capacitação”. Dentro do primeiro eixo, a Colônia Z-16 desenvolveu um laboratório de produção de alevinos a fim de fornecê-los aos pescadores interessados em criação de peixes mediante a escavação de poços de criação. Assim, uma vez que o potencial pesqueiro da região, dada a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, encontra-se em estado *decadente*, a piscicultura e a apicultura tornam-se alternativas.

[...] então, essas coisas que a gente trabalha é uma alternativa [...]. Quando a pessoa trabalha com a piscicultura, tem ali as suas casas de mel que ele vai cuidar disso, e a gente [Colônia Z-16] vai ajudar eles a fazer isso. Ano passado por exemplo, nós vendemos quatro toneladas de mel (DIRIGENTE “A”).

Porém, consideramos que isso faz parte de práxis utilitária (VÁZQUEZ, 2007) que prima pelo *saber fazer*, para o que rapidamente pode gerar dividendos econômicos, numa relação entre agir para transformar pragmaticamente os recursos naturais ou não em valores de troca. A esse respeito, destaca Rodrigues (2012, p. 69) que

[...] o pragmatismo, enquanto concepção epistemológica, nega o vínculo consciente entre teoria e prática, no sentido de esta última ser o fundamento da primeira, servindo para que a teoria se objetive, numa constante imbricação entre o produto ideal e o produto real; ou seja, nega-se o movimento de que a prática molda a teoria e esta, por sua vez, se molda por aquela.

Nessa mesma perspectiva, a Z-16 vem incentivando a prática de manejo de açazais dos pescadores. “Nós construímos uma fábrica de palmito, aí faz o manejo do açáí no final do verão, quando termina o açáí, a pessoa fode fazer o manejo, aí tira o palmito e já leva pra fábrica” (DIRIGENTE “A”). Há, pois, uma busca por processos de industrialização, em que a maximização da produção é o norte das ações. Há de se considerar, contudo, que essa

maximização não potencializa somente os interesses pedagógicos do capital, no sentido de constituir um *ethos* de individualização da riqueza, da obtenção da felicidade pela produção individual, mas também, dialeticamente, pode corroborar com o fortalecimento dos trabalhadores, à medida que vão criando

“[...] politicamente condições para uma sobrevivência no interior das relações capitalistas [...]”, a constituição de “[...] ferramentas teórico-práticas voltadas para a ascensão do trabalho sobre o capital, porque permitem aos trabalhadores plasmar objetivamente passo a passo a sociedade idealmente pensada por estes no cotidiano de suas disputas de classe, quer por meio da conquista de espaços políticos, por exemplo, quer por meio de movimentos sociais por ele criados para impor reformas políticas atreladas a seus interesses de classe” (RODRIGUES, 2012, p. 71).

Por outro lado, segundo o DIRIGENTE “A”, esses projetos impactaram positivamente junto aos pescadores artesanais, pois “[...] teve muito produtor que melhorou ali, conseguiu ganhar seu dinheirinho”. Trata-se de projetos que funcionam como alternativas à falta do pescado.

Ainda em termos analíticos, consideramos o eixo temático voltado para a capacitação dos pescadores em diferentes áreas de atuação: “Uma coisa que a gente trabalha aqui é essa questão da falta de formação e capacitação né, então formação é poder quem tem formação não se engana pra qualquer um [...]” (DIRIGENTE “A”). Nas entrevistas, foram citados cinco projetos na área da *formação e capacitação* dos pescadores, sendo eles:

a) *Formação de agentes ambientais voluntários*: formação em educação ambiental para atuação como agentes ambientais voluntários, na fiscalização, junto aos Acordos de Pesca nas comunidades ribeirinhas.

b) *Projeto Pescando o Saber*: erradicação do analfabetismo junto aos pescadores artesanais, muito porque “quando era no período para se assinar o seguro defeso, uma certa porcentagem dos nossos pescadores tinha dificuldades para assinar, usavam o dedo e a gente observava [...] um constrangimento deles” (DIRIGENTE “B”).

c) *Projeto Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros*: discussão sobre pesca e preservação ambiental nos diversos setores sociais da região ribeirinha de Cametá. “Foi feito no sentido de unificar as forças do interior” (DIRIGENTE “B”). Ainda segundo o pescador em questão, “[...] nós [a Z-16] trabalhamos a pesca, mas lá na Comunidade Cristã as pessoas não falavam sobre a pesca; os Agentes Comunitários de Saúde também precisam falar sobre a pesca [...].” Essa *unificação das forças do interior* é avaliada como positiva pelos entrevistados, no sentido de que “[...] foi um período muito bom em que houve um avanço na

conscientização do público e esse projeto; ele tornou possível a expansão do assunto pesca (DIRIGENTE “B”. Grifo nosso).

d) *Projeto Pescador Transformador*: cursinho preparatório para os exames de vestibulares desenvolvido em parceria com a UFPA/Campus Cametá.

e) *Projeto Inclusão Digital*: cursos de informática direcionado aos jovens filhos pescadores, muito em função de que “[...] às vezes a gente tinha vontade de fazer [um curso de informática], mas não tinha condição; eu acho que eles [a Colônia] promoveram isso para que a gente pudesse ter essa oportunidade” (PESCADOR “C”).

As ações deflagradas a partir da Colônia de Pescadores Z-16, em termos formativos e produtivos, apontam para a percepção de um importante legado à categoria dos pescadores artesanais do município cametaense, como os projetos referentes ao eixo temático de ação *desenvolvimento e progresso*, tratando-se de projetos alternativos à pesca extrativista, contribuindo para o incremento da renda familiar dos pescadores artesanais, que fora abalada também negativamente pelos efeitos da construção da UHT.

Outrossim, considerem-se as contribuições do projeto *Pescando o saber*, que proporcionou aos pescadores analfabetos ou com pouco envolvimento em questões de letramento as condições para aprenderem a assinar o próprio nome; dos projetos *Gestão Compartilhada de Recursos pesqueiros e Formação de Agentes Ambientais Voluntários*, por promoverem um necessário debate intersetorial sobre a importância da preservação ambiental para a garantia da reprodução das espécies de peixes e da pesca na região, bem como a formação de sujeitos pescadores artesanais para atuarem diretamente no processo de sensibilização da população ribeirinha acerca dessa importância, respectivamente; dos projetos *Pescador Transformador e Inclusão Digital* que, voltados para os filhos de pescadores, proporcionam o adentramento de jovens filhos de pescadores ao ensino superior e propiciam ao pescador o contato com as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação.

Assim exposto, sendo objetivo da Z-16 o desenvolvimento dentro da lógica do sistema capitalista, pode-se dizer que se está, contraditoriamente, ainda no caminho do sociometabolismo, pois [...] a integração de parcelas dos trabalhadores à sociedade de consumo de mercadorias descartáveis e a geração de emprego precário somente aprofundam a alienação dos trabalhadores (NOVAES, 2002, p. 3).

Se o movimento de fortalecimento da organização dos pescadores artesanais, iniciado com a tomada da administração política da Z-16, parar a partir do atendimento mínimo das necessidades imediatas desses trabalhadores, também o movimento de ascensão à condição de uma *classe em si* a uma *classe para si* (LUKÁCS, 2003) fica comprometido e sujeito aos desígnios do capital.

Por outro lado, se a Z-16 objetiva ir desconstruindo “[...] os pilares do capital [...] e construindo, “[...] de forma embrionária, o que seria uma sociedade para além do capital” (NOVAES, 2002, p. 5), então precisa caminhar para além do atendimento das necessidades imediatas dos pescadores artesanais, aliados aos efeitos das políticas sociais de Estado, uma vez que não representam avanços no processo de construção da consciência de classe-para-si<sup>15</sup>. Nesse sentido, destaca-se que os projetos, aqui observados, têm caráter pragmático, e sem conteúdo político mais amplo numa perspectiva para *além do capital*, portanto, ainda longe de uma concepção crítico-emancipatória.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema capitalista mediante múltiplas determinações por ele construídas, como as políticas assistencialistas, impede os trabalhadores de alcançarem a consciência de classe, mantendo-os desarticulados e suscetíveis a dominação.

Em relação à Colônia Z-16, a pesquisa nos aponta para uma carência de acesso dos pescadores artesanais a uma educação emancipatória, que lhes possa oferecer subsídios teórico-práticos para compreenderem a sua materialidade no sentido de transformá-la. Muito das questões referentes à construção da consciência de classe perpassa pela dimensão conceitual e, como à classe trabalhadora é dispensada uma educação *alienante*, ela pouco tem acesso a isso, pois entendemos que o desenvolvimento da consciência revolucionária precede:

---

<sup>15</sup> Lukács (2003, apud RODRIGUES, 2012, p. 79), “[...] tratando de questões relacionadas à consciência de classe, expõe que ela passa por dois momentos fundamentais no processo de sentido sobre a “situação histórica de classe”, consubstanciados numa *consciência de classe-em-si* e numa *consciência de classe-para-si*”. E Rodrigues (2012, p. 79) ainda salienta que “Inicialmente, em decorrência do processo de estruturação da propriedade privada, vê-se o surgimento da classe-em-si, quando, independente de consciência sobre a realidade fundada na relação capital-trabalho, os homens se postam em frentes diferentes pela própria natureza estruturante do capital. Nesse contexto, a consciência de classe não chegou a instaurar a ação organizada dos trabalhadores, ficando na constatação de que o mundo para uns é bom e para outros, mal”. E salienta ainda Rodrigues (2012, p. 79): “Todavia, no dizer de Lukács (2003, p. 184), é preciso que os trabalhadores se tornem “[...] uma classe, como disse Marx, não somente ‘em relação ao capital’, mas ‘para si mesmo’; isto é, elevar a necessidade econômica de sua luta de classe ao nível de uma vontade consciente, de uma consciência de classe ativa”. Aqui, a consciência alcança o *status* de uma práxis revolucionária, nos moldes propostos por Vázquez (1968), quando a unidade teórico-prática passa a orientar a atividade política dos trabalhadores, fornecendo-lhes estratégias e táticas necessárias para suas disputas de classe”.

percepção dos problemas sociais a nível local, regional, nacional, global e capacidade para compreendê-los dentro da lógica capitalista.

Trata-se do processo de descaracterização da identidade coletiva da classe trabalhadora, por meio da capacidade que o capital tem de fragmentar as lutas dos trabalhadores, fazendo-os lutarem isoladamente dentro de cada uma de suas categorias. Assim, por meio da burocracia estatal consegue-se setorizar e individualizar (credito pessoal, por exemplo) a classe trabalhadora em uma infinidade de instituições, tais como sindicatos e associações que têm a sua atuação independente umas das outras, o que dificulta a unidade da classe, isto é, a visão da universalidade.

Em termos de Colônia Z-16, a pesquisa nos aponta para o entendimento de que a luta que é coletiva dentro dos limites dessa entidade torna-se individual para além dela, ou seja, em relação à sociedade como um todo. Assim, os problemas imediatos que o pescador artesanal enfrenta é resolvido na e pela Colônia Z-16 sem a percepção, por parte desses sujeitos, de outros problemas sociais para além do espaço da Colônia.

Ao analisarmos a práxis dos pescadores, percebemos que o capital desenvolve múltiplas carências e força a classe trabalhadora a lutar pelo imediato, como no caso da implementação dos Acordos de Pesca, do acesso ao seguro defeso, aos financiamentos bancários, dentre outras lutas deflagradas a partir da Colônia Z-16.

Dessa forma, percebe-se que a identidade de classe, organização coletiva em busca de interesses coletivos, está sendo dominada, no contexto da Colônia Z-16, pela objetividade das necessidades imediatas, transformando o que poderia se tornar consciência revolucionária em consciência imediata e reacionária ou reformista.

Por tudo isso, consideramos que a formação social capitalista implica atualmente a construção de uma práxis utilitária por parte dos pescadores artesanais da Colônia de Z-16 (atendimento de necessidades imediatas). Além disso, há indícios de se que está a construir no interior da Z-16 uma identidade que figura entre a resistência e a legitimação dos interesses capitalistas.

Contudo, destaca-se que a Z-16 já consegue organizar os pescadores em torno de seus interesses de categoria e hoje esta organização encontra-se bastante fortalecida. Assim, a categoria dos pescadores artesanais da Colônia Z-16 encontra-se em processo de construção de uma identidade de classe, pois já são sujeitos de uma consciência sindical. Porém, em

termos de construção de uma práxis revolucionária, faz-se necessário que a Z-16 caminhe para além dos interesses imediatos, buscando a organização junto à totalidade da classe trabalhadora e a formação de uma identidade crítico-emancipatória.

## **BIBLIOGRAFIA**

- BARRA, José Domingos Fernandes. **A relação trabalho e educação no contexto dos acordos de pesca em Cametá/PA: uma alternativa econômica ou uma prática de resistência?** Belém: PPGED/ICED/UFGPA, 2013 (Dissertação de Mestrado).
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1997.
- BOGO, Ademar. **Identidade e Luta de Classes**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- FURTADO, Gislane D.; BARRA, José D. F. **Pescadores Artesanais de Cametá: formação histórica, movimentos e construção de novos sujeitos**. Cametá, PA: Novo Tempo, 2004. (Coleção Novo Tempo Cabano; 5).
- KOSIK, Karel. **A dialética do concreto** – Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- MARX, Karl. **A miséria da filosofia**. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Manifesto comunista**. Brasília: Ícone Gráfica e Editora, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2006
- \_\_\_\_\_. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. 1851-1852. Tradução Néelson Jahr Garcia. Versão para e-Book, 2000. Disponível em: <[http://neppec.fe.ufg.br/uploads/4/original\\_brumario.pdf](http://neppec.fe.ufg.br/uploads/4/original_brumario.pdf)> Acesso em: jun. de 2014.
- MÈSZÁROS, I. **Para além do capital**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NOVAES, Henrique T. *A educação escolar e não escolar nas fábricas recuperadas*. 2002. Mimeografado.
- RODRIGUES, Doriedson do Socorro. **Saberes Sociais e Luta de Classes: um estudo a partir da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 – Cametá-Pa**. Belém: PPGED/ICED/UFGPA, 2012 (Tese de Doutorado).
- SZTOMPKA, Piotr. *A sociologia da mudança social*. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2007.